

Estudo Técnico Preliminar 19/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08420.007545/2023-11

2. Descrição da necessidade

Trata-se de contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de motorista de veículos leves e pesados, com execução indireta mediante o regime de empreitada por preço global, em atendimento às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte.

Considerando o disposto no Regimento Interno da Polícia Federal, publicado através da Portaria 155-MSP, de 27 de setembro de 2018:

"Art. 1º A Polícia Federal, órgão permanente de Estado, organizado e mantido pela União, fundado na hierarquia e disciplina, com execução orçamentária e gestões administrativa e financeira descentralizadas, integrante da estrutura básica do Ministério da Segurança Pública, tem por finalidade exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, e demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes."

Assim, cabe à Polícia Federal:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, bem assim outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho de bens e valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;

V - coibir a turbulação e o esbulho possessório dos bens e dos prédios da União e das entidades integrantes da administração pública federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares dos Estados; e

VI - acompanhar e instaurar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem assim prevenir e reprimir esses crimes."

Considerando que para cumprir as atividades finalísticas definidas legalmente à PF, conforme elencadas acima, este órgão necessita manter, concomitantemente, atividades administrativas que ofereçam suporte para sua realização plena, ou seja, sem as atividades de suporte administrativo (atividade meio), a PF e, conseqüentemente, a SR/PF/RN, não tem como alcançar seus objetivos;

Conforme art. 7º da IN nº. 05/2017-SEGES/MPDG, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamentar a matéria, podendo contratar mediante

terceirização as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei Federal nº. 9.632/1998. No Anexo I de tal Lei consta que o cargo de recepcionista e similares está extinto, fato que permitiria a contratação de tal cargo mediante terceirização.

“As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.

(Art. 2º, Parágrafo Único da Lei nº. 9.632/1998)

Nesse contexto, no art. 3º do Decreto Federal nº. 9.507/2018 afirma, em interpretação contrário senso, que somente poderão ser objeto de terceirização os serviços que:

- não envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;
- não sejam considerados estratégicos para o órgão;
- não estejam relacionados ao poder de polícia; e
- não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão.

Considerando que o objeto deste termo é a contratação de serviços terceirizados de motorista, em regime de execução indireta, conforme previsto no caput do art. 7º da IN 02/2008/MPOG, que dispõe que *“as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, **transportes**, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta”*. (grifo nosso).

Assim, os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios poderão ser executados de forma indireta, desde que não haja transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado. Nesse contexto, as diversas tarefas atinentes às atividades de motoristas são de natureza meramente administrativa comum e de baixa complexidade, e não demandam a atuação do quadro de agentes administrativos do órgão, que atuam nas tarefas administrativas de maior complexidade e responsabilidade.

Além da necessidade de contratação, ressaltamos a importância da continuidade da prestação dos referidos serviços, cuja ausência poderá causar graves transtornos à estabilidade das atividades de manutenção das operações interna feitas pela Polícia Federal em Natal. Trata-se, pois, de demanda inadiável e que, caso não implementada a tempo, acarretará graves prejuízos sociais ao atendimento da população interna dos servidores, refletindo na prestação dos serviços à sociedade.

O emprego da mão de obra de dedicação exclusiva, motorista, nas atividades institucionais da Polícia Federal no Rio Grande do Norte dar-se, principalmente, na cidade de Natal/RN e, eventualmente, em deslocamentos pelo estado do Rio Grande do Norte além de outros estados.

Nessa capital, as principais atividades desenvolvidas são para atender as necessidades da UNIDADE DE TRANSPORTES, nas rotinas diárias de encaminhamentos de veículos da frota da Superintendência Regional da PF no RN, 92 (noventa e dois) no total, até as concessionárias e oficinas credenciadas para a realização de orçamentos, inspeções em garantia, manutenções preventivas e manutenções corretivas.

Para tais atividades, é necessário o emprego de dois servidores, pois, na imensa maioria das vezes, os veículos são deixados nos referidos estabelecimentos. Assim, seguem em conjunto duas viaturas, uma que vai ser deixada para a realização dos serviços necessários e outra que vai resgatar o motorista até a sede.

Essas rotinas são quase que diárias em razão da grande quantidade de veículos, da necessidade de se seguir um criterioso cronograma de inspeções e manutenções para não prejudicar os serviços em andamento. A atuação do motorista contratado é essencial para garantir a bom estado de conservação dos veículos e, consequentemente, a segurança dos servidores que se utilizam desses veículos nas mais diversas atividades desenvolvidas pela PF no Rio Grande do Norte.

O motorista contratado também atua diariamente na tarefa de reabastecimento das viaturas de modo a deixar o maior número de veículos em condições de pronto emprego para as equipes de servidores policiais e administrativos.

Outra importante atividade desempenhada pelo motorista contratado é o apoio ao Gabinete da Superintendente Regional, quanto do comparecimento do superintendente a solenidades, reuniões e eventos relacionados a área de segurança pública que são de atribuições da PF ou através de convite.

Ainda nesta cidade, o motorista contratado atua apoiando outros setores e delegacias sempre que se faz necessário a condução de caminhões, micro-ônibus, ônibus e vans, no interesse do serviço. A condução desses tipos de veículos exige habilitação categoria D, sendo frequente tais situações em razão de apreensões, transporte de materiais apreendidos, transporte de materiais logísticos, apoio em cursos e capacitações de servidores.

Quando ao emprego do motorista contratado em âmbito estadual ou nacional, tal emprego ocorre em situações específicas onde há transporte de materiais e equipamentos entre unidades da PF, transporte de materiais sensíveis com apoio de equipes policiais, permuta ou recebimento de novas viaturas, quando a aquisição é centralizada em alguma unidade da PF noutro estado.

Ressalte-se que a UTRAN/SELOG, local onde o motorista contratado é lotado, dispõem atualmente de apenas dois servidores, que são responsáveis por toda a gestão da frota, controle de registros de utilização, controle dos abastecimentos, controle de manutenção, fiscalização dos contratos de manutenção e abastecimento, atendimento aos servidores (requisições de uso de viaturas através de sistema informatizado) entre outras atribuições.

Considerando o disposto no Art. 2º da Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998: *“Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às atividades de Motorista e Motorista Oficial”;*

Considerando o disposto no Art. 10, § 7º do Decreto-Lei nº 200/67, segundo o qual: *“Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução”;*

Considerando que a Polícia Federal, Órgão integrante da estrutura do Ministério da Justiça, tem seu quadro de pessoal composto pelos Cargos da Carreira Policial Federal (Delegado, Agente, Escrivão, Papiloscopista e Perito Criminal Federal), de que trata o Decreto-Lei 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, e daqueles que compõem o Plano Especial de Cargos, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, não possuindo, portanto, em seus quadros de servidores ativos, o cargo de Motorista de Veículo Leve e Pesado;

Considerando que o contrato nº 29/2021, que tem por contratada a empresa CRISERV LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS EITELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 751.153.524-00, terá seu prazo de vigência expirado em 01/12/2023 e não será prorrogado por decisão da administração.

Concluimos, diante do exposto, que para a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional desta Regional, necessária a contratação do serviço continuado de Motorista, haja vista que os mesmos se revestem de importância no auxílio ao desempenho de suas atribuições administrativas, cuja interrupção pode comprometer a qualidade e a continuidade de suas atividades normais e cotidianas.

A vigência inicial do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo, à critério da administração, ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, conforme previsão do Título III, Capítulo V Da Duração dos Contratos da Lei 14.133/2021.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|----------------------|--------------------------|
| UTRAN/SELOG/SR/PF/RN | Arnaldo Gonçalves Cabral |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sobre a natureza da contratação, trata-se de prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra.

A jornada de trabalho deverá ser de 44 horas semanais, de acordo com o estabelecido pela legislação vigente, inclusive levando em consideração o dissídio, convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria, por padrão sendo realizada das segundas às sextas-feiras.

Deverá ser exigido na habilitação que a empresa:

- Tenha experiência comprovada de pelo menos 03 anos no fornecimento de mão-de-obra em número de postos equivalentes ao da contratação;
- Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;
- Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- Escritório em Natal ou região metropolitana, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;
- **Justificativa para a exigência:** Tal exigência não constitui critério de habilitação, sendo necessária à instalação somente após a assinatura do contrato. A exigência de instalação de escritório visa instalação de estrutura administrativa a fim de facilitar o contato com os administradores da empresa, onde os funcionários da contratada possam discutir questões relacionadas à prestação dos serviços com a empresa contratada, sem maiores dificuldades.
- A exigência busca evitar casos em que empresas de estados diversos vencem a licitação e demonstram dificuldade de acompanhamento e contato. Evita-se assim a má execução dos serviços e diminui-se potenciais problemas quanto à regular execução contratual.

Cabe ressaltar que o contratante tem o dever, conforme previsto no Termo de Referência a Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Desta forma, em casos de má execução de prestação dos serviços, faz-se necessária tal exigência a fim de facilitar as correções necessárias, para garantir um bom andamento dos serviços.

Cadastro no SICAF.

Os profissionais a serem disponibilizados deverão atender todas as demandas da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte, conduzindo os veículos oficiais existentes, bem como os apreendidos por determinação judicial, ou quaisquer outros que venham a ser adquiridos e, ainda, aos seguintes requisitos:

Possuir ensino fundamental;

Apresentar Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria “D” (dois motoristas), sendo exigível o tempo mínimo de 02 (dois) anos de experiência, devidamente comprovada na CTPS;

Possuir Curso de Primeiros Socorros, devidamente comprovado com certificado, objetivando prestar auxílio em qualquer eventualidade;

Possuir Curso de Direção Defensiva, devidamente comprovado com certificado, objetivando complementar o aperfeiçoamento profissional;

Apresentar nada consta de antecedentes criminais na esfera federal e estadual onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedita, no máximo, há 6 (seis) meses;

Apresentar eventual pontuação por aplicação de penalidades em sua carteira de habilitação e /ou prontuário constante do Sistema Nacional de Trânsito;

Todos os profissionais deverão demonstrar competências pessoais, manter-se disciplinados, boa comunicação oral, mantendo voz clara e agradável, boa audição, revelar cordialidade, cultivar ética profissional, manter-se dinâmicos, demonstrar paciência, educação, evidenciar capacidade de organização, manter-se atentos, demonstrar discrição, sugerir melhorias, respeitar a hierarquia e ser assíduos.

5. Levantamento de Mercado

Para atender a demanda dos serviços aqui em debate a realização de concurso para provimento de servidores fugiria à alçada da SR/PF/RN e da Polícia Federal. De todo modo, a medida seria antieconômica e ineficiente, pois desviaria servidores de suas atribuições originais, já que não há cargo na Polícia Federal com tais atribuições. Conclui-se que a solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração é a contratação mediante terceirização de serviços.

Definida essa linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência de cada serviço. Em observância ao disposto na IN n.º 73/2020 e suas alterações, foram utilizados os seguintes meios de precificação dos serviços: a) pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal; b) pesquisa de contratações similares de outros entes públicos federais; c) detalhamento dos valores orçados e a compilação dos mesmos constará no mapa comparativo de preços.

Nesse sentido, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que

melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Para a contratação dos serviços objeto deste estudo, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

Diversas empresas podem prestar os serviços em questão, por se tratarem de serviços comuns, disponíveis no mercado, de maneira que foi realizada consulta a estas.

Logo, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que as atividades que se pretende contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

O serviço de motorista já é realizado por esta Unidade Gestora e por outras Unidades e Superintendências de Polícia Federal como, por exemplo, a Delegacia de Foz do Iguaçu, UASG 200366, cuja licitação ocorreu no ano de 2023, Pregão Eletrônico nº 01/2023-DPF/FIG, sob protocolo SEI nº 08389.006660/2022-12, tendo sido o resultado já homologado e assinado o respectivo Contrato nº 02/2023-, com início de vigência em 24/03/2023 e a Superintendência da Paraíba, Contrato nº 17/2021 200397 - SR/PF/PB, dentre outros.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise. Foi utilizado o Painel de Preços do sistema Compras.gov, utilização da Planilha da Administração para estimativa dos valores de referência e pesquisa de contratos com suas respectivas repactuações.

No caso de licitação para contratação de serviços a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra, como na espécie, a composição e o detalhamento dos custos do orçamento estimativo devem tomar como base o modelo de planilha de custos e formação de preços que consta do Anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 05/2017, adaptado às características do serviço a ser licitado.

Acordo Coletivo de Trabalho utilizado para composição salarial

CCT 2023/2025

Número de Registro no MTE RN000278/2023

Número da Solicitação MR030800/2023

Número do Processo 13622.101803/2023-18

Abaixo, resumimos as opções possíveis para os serviços que se pretende contratar e a decisão pelo tipo disposto nesse estudo:

Soluções de
Contratação
Possíveis

Viabilidade

Motivo

Valores
Anuais (R\$)

| | | | |
|--|----------------------|---|-----------------|
| Serviços de motorista com locação de m. de obra (02) contratados | Alta | O mercado na cidade de Natal/RN costumeiramente já trabalha com a oferta dos serviços de motoristas através da locação de mão de obra. Não havendo maiores empecilhos administrativo para este tipo de contratação. | 237.403,06 /ano |
| Serviços de motorista sem locação de mão de obra | Baixa ou Inexistente | O mercado local da cidade de Natal/RN não oferta serviços de motoristas por hora /trabalhada, ou outro tipo de medida. Pois a oferta de mão de obra que seria onerosa seria responsabilidade do empresário, e há uma pressão sindical para que a mão de obra seja ofertada em sua integralidade, deixando repassando a responsabilidade dos eventuais custos. | - |
| Realização de concurso público para o cargo | Baixa ou Inexistente | Atualmente, não há previsão de concurso para os cargos em questão, haja vista que a Administração Pública considera este tipo de atividade com acessórias, passíveis de terceirização de serviços por empresa contratada. | - |

Conclusão: o tipo de contratação que mais se aproxima das finalidades da Administração, haja vista o entendimento de que os serviços de carregadores encontra-se englobado por aqueles excetuados pelo no art. 3º. do Decreto nº. 9.507/2018.

6. Descrição da solução como um todo

A solução será a Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços continuados de motorista de veículos leves e pesados para SR/PF/RN, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, com fornecimento de mão-de-obra, uniforme, e equipamentos básicos citados neste documento, a serem executados nas instalações da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte, ou em locais de sua determinação.

Os serviços a serem contratados, bem como as tarefas relacionadas deverão ser desempenhados por profissionais pertencentes a seguinte categoria profissional:

- 1. MOTORISTA (CBO 7825-10) – ATIVIDADE: Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais).**

Descrição Sumária, conforme CBO: Transportam, coletam e entregam cargas em geral; guincham, destombam e removem veículos avariados e prestam socorro mecânico. Movimentam cargas volumosas e pesadas, podem, também, operar equipamentos, realizar

inspeções e reparos em veículos, vistoriar cargas, além de verificar documentação de veículos e de cargas. Definem rotas e asseguram a regularidade do transporte. As atividades são desenvolvidas em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de segurança.

Para perfeita execução dos serviços, compete aos motoristas:

- dirigir veículos leves e pesados, oficiais e os apreendidos por autorização judicial, somente após determinação superior, seguindo as orientações quanto ao veículo a ser utilizado, pessoas e bens a serem transportados e demais recomendações, sempre desde quando empregados no interesse do serviço.
- examinar as ordens de serviço, verificando a localização dos estabelecimentos onde se processarão carga e descarga, para dar cumprimento à programação estabelecida;
- acompanhar a carga e descarga do material transportável, orientando sua arrumação no veículo, de modo a evitar acidentes.
- zelar pela manutenção e conservação do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado.
- cumprir todas as normas da legislação de trânsito e, portar-se sempre de maneira defensiva quando em circulação com veículo.
- dar conhecimento imediato à Contratante acerca de eventuais multas ou qualquer outra penalidade por infração de trânsito.
- observar as normas internas da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte, e do Serviço Público Federal;
- permanecer à disposição, em tempo integral e dedicação exclusiva, no período correspondente a execução do serviço.
- cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, apresentando-se sempre barbeado, cabelos aparados e limpos, devidamente uniformizado e limpo, e somente, ausentar-se do posto após autorização da Administração.
- preencher o relatório de atividade registrando as informações como: hora de saída e chegada, quilometragem percorrida, destino, requisitante do serviço e outras informações necessárias.
- portar documentação pessoal e profissional própria, para apresentação sempre que exigido, bem como o crachá de identificação.
- não utilizar os veículos em situação irregular, comunicando à Administração e/ou à Fiscalização do Contrato a ocorrência de quaisquer fatos ou avarias relacionadas com o veículo sob sua responsabilidade que venham a comprometer a sua utilização ou seu estado de conservação;
- zelar pela conservação e limpeza dos veículos confiados, bem como proceder aos reparos de emergência de acordo com sua capacitação apontando os defeitos e incorreções apresentadas no veículo para fins de manutenção;
- não exceder os limites de velocidades e peso dos veículos determinados por lei ou pelos órgãos competentes;
- manter os veículos devidamente abastecidos, limpos e lubrificados, principalmente após contato com lama, areia e áreas alagadas;
- utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança, comunicando à Administração e/ou à Fiscalização do Contrato os nomes dos servidores que se neguem a fazê-lo;
- recolher o veículo à garagem indicada pela Administração e/ou Fiscalização do Contrato quando do retorno do serviço ou de viagem. Na inexistência desta, deverão ser abrigados em outras dependências oficiais indicadas pela Administração e/ou Fiscalização do Contrato;

- providenciar, quando da ocorrência de acidente com veículo oficial, o Boletim de Ocorrência feito pelo Órgão Oficial competente, além de preencher o formulário próprio de Comunicação de Acidente com Veículo Oficial;
- relacionar-se com os servidores, funcionários, prestadores de serviço e contribuintes de forma respeitosa e educada, tratando a todos com cordialidade;
- manter o sigilo das informações que porventura venha a tomar conhecimento em função de suas atribuições. Em caso de descumprimento do sigilo de informações, a Administração procederá à análise e aplicação das sanções administrativa cabíveis, sem prejuízo das sanções nas esferas penal e civil;
- não fumar cigarros ou assemelhados no interior dos veículos.

Das atribuições do ocupante do posto de motorista (baseadas na CBO 7825-10 do MTE e contratos anteriores):

- dirigir Veículos Leves e Pesados: Checar indicações dos instrumentos do painel; ajustar bancos e retrovisores; detectar problemas mecânicos; identificar sinais sonoros, luminosos e visuais; buscar local seguro em caso de perigo; conduzir veículo com problemas mecânicos com autorização superior; dirigir com cautela, desviando de buracos, evitando paradas bruscas e reduzindo a velocidade em caso de chuva ou neblina; isolar veículo em caso de emergência ou situações anormais; destravar portas do veículo apenas em local seguro; verificar proximidade da escolta.
- transportar Pessoas ou Cargas: Cumprir ordem de serviço; verificar limite máximo de passageiros e/ou de carga do veículo, devolver objetos esquecidos no interior do veículo; calcular distância do local de destino; aplicar procedimentos de primeiros socorros; auxiliar servidores e pessoas no embarque e desembarque; liberar embarque e desembarque em local seguro e permitido; alterar itinerário em caso de situações de risco ou emergência; elaborar itinerários; calcular tempo de chegada ao destino; consultar guias e mapas; colocar objetos dos passageiros no compartimento de bagagem; acondicionar carga no veículo; controlar numeração do lacre do material transportado (de valor); verificar condições físicas da carga; acomodar ocupantes no veículo; embarcar produtos embalados; manusear cargas; retirar objetos dos passageiros do compartimento de bagagem; conferir quantidades dos bens a serem transportados; selecionar o veículo de acordo com capacidade licenciada.
- definir rotas: Planejar itinerário, propor itinerários, gerenciar autonomia do veículo, definir pontos de abastecimento, definir tempo de permanência na direção do veículo, informar-se sobre acidentes geográficos e topográficos do destino, orientar-se em relação a acidentes geográficos e topográficos do destino, pesquisar itinerários, medir altura da carga, identificar irregularidades na superfície.
- realizar verificações e manutenções básicas dos veículos (leves e pesados): Identificar avarias no veículo; verificar nível do combustível; abastecer veículo; limpar parte interna e externa do veículo; verificar estado dos pneus; testar sistema elétrico; esterilizar veículos; verificar nível do líquido de arrefecimento do reservatório; testar sistema de freios; conferir equipamentos obrigatórios do veículo; completar ou trocar óleos quando necessário; acompanhar prazos ou quilometragem para revisões periódicas; providenciar revisões periódicas; trocar pneus; climatizar veículo; executar pequenos reparos mecânicos de emergência; verificar suspensão do veículo.
- manobrar Veículos Leves e Pesados: Localizar vaga para estacionamento; identificar obstáculos ao redor do veículo; controlar velocidade de manobra; estacionar veículo; localizar veículo no pátio de estacionamento; sinalizar local em caso de estacionamento emergencial.
- usar Equipamentos e Dispositivos Especiais: Colocar disco no tacógrafo; verificar funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa; utilizar equipamentos

de proteção individual (EPI); Identificar veículos com carga perigosa; verificar equipamentos de comunicação; utilizar software de navegação (definição de itinerário via GPS).

- comunicar-se: Comunicar toda e qualquer saída ao responsável pela UTRAN ou pessoa responsável, comunicar a chegada ao destino, preencher relatórios de controle; utilizar telefones ou rádios; afixar no veículo autorizações legais para exercício da função; relatar ocorrências durante a realização do trabalho; notificar autoridades em casos de emergências e situações especiais; informar aos responsáveis sobre problemas mecânicos no veículo; solicitar socorro mecânico; relatar problemas mecânicos do veículo; portar identificação individual em local visível; relatar atrasos; acionar sinais luminosos e sonoros; avisar extravios, furtos ou avarias de carga; acionar dispositivos de segurança em caso de assalto (luminosos, sonoros); prestar informações gerais aos servidores.
- trabalhar com segurança: Posicionar o veículo para carga e descarga, observar posicionamento de carga suspensa, isolar área de descarga com cones, utilizar luvas, botas, lanternas e coletes reflexivos, retirar usuário de local de risco, identificar altura, comprimento e largura do veículo, operar equipamentos de combate a incêndio.
- prestar socorro: Obter informações precisas sobre o local do acidente, sinalizar local de acidente, acionar o giroflex em situações de perigo, desligar bateria do veículo acidentado, preservar local de acidente com vítimas, acionar o apoio da polícia militar rodoviária, conectar mangueira de ar no freio do veículo rebocado, conferir bens e acessórios disponíveis no interior do carro acidentado, verificar cabos de aço, remover carro acidentado, desobstruir vias públicas e rodovias, montar relatório de sinistros.
- demonstrar competências pessoais: desenvolver dirigibilidade para carga viva, demonstrar coerência, manter-se atualizado sobre a legislação de trânsito, cumprir leis de trânsito, tomar cuidados especiais com carga viva transportada, respeitar os limites da sua força física, propor mudanças operacionais, trajar-se adequadamente, demonstrar capacidade de resistência física, demonstrar determinação, ter consciência dos limites da máquina, participar de treinamentos, dominar noções básicas de mecânica, dominar noções básicas de primeiros socorros, dominar noções básicas de condução econômica, prestar serviços com qualidade, demonstrar rapidez de reflexos, demonstrar senso de responsabilidade e dominar funcionamento da máquina.

As atribuições e os perfis profissionais descritos neste instrumento estão diretamente relacionados à necessidade dos serviços e a forma da execução pretendida. Abaixo, está elencado o perfil profissional exigido:

- ser discreto e não divulgar quaisquer informações que venha a ter acesso sobre o público interno ou externo;
- ter capacidade de se expressar com fluência, clareza e objetividade;
- ter habilidade para interagir com as pessoas de forma empática, inclusive diante de situações adversas, expressando-se de forma clara e convincente;
- ter capacidade de se comunicar visualmente com o público e atentar para a linguagem corporal;
- ter domínio de regras de etiqueta social, no trato pessoal e na correção de comportamento inadequado;
- ter educação, presteza, cordialidade, respeito mútuo e paciência com os visitantes, colegas de trabalho, superiores hierárquicos e público em geral;
- ter boa apresentação pessoal;
- ter zelo pelo uniforme;
- ter iniciativa para prevenir e solucionar problemas;
- ter capacidade de se antecipar às necessidades do público;

- ter equilíbrio emocional perante reclamação, situação imprevista e demandas simultâneas;
- ter racionalidade, avaliação crítica, capacidade de observação e sistematização;
- ter capacidade de ouvir e agir com bom senso;
- ter organização e disciplina;
- demonstrar interesse pelo trabalho e pelo aprimoramento pessoal;
- demonstrar espírito de equipe;
- demonstrar capacidade de autoavaliação;
- manter-se atualizado e bem informado quanto às rotinas e aos procedimentos adotados;
- cumprir rigorosamente os procedimentos estabelecidos nas normas e rotinas específicas do setor de atendimento ao público;
- zelar pela manutenção de um ambiente tranquilo e livre de conflitos, propício para a realização do serviço com qualidade, esmero e perfeição, preservando a reputação da Instituição bem como de seus servidores;
- apresentar-se uniformizado e pontualmente ao local de trabalho especificado;
- quando sua atuação restringir-se a um único turno, repassar o serviço, quando da troca de turno, citando todas as situações encontradas, bem como as ordens, as orientações recebidas e os registros no livro de ocorrência;
- não abandonar o posto de trabalho, salvo em caso de extrema necessidade ou de caráter emergencial, comunicando esse fato, imediatamente, ao preposto;
- participar de reuniões, em dias e horários estipulados pela CONTRATANTE ou CONTRATADA, inclusive nos finais de semana, quando convocado; e
- participar de treinamentos, cursos, workshops e afins, em dias e horários estipulados pela CONTRATANTE ou CONTRATADA, inclusive nos finais de semana, quando convocado.

Para a execução do serviço, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações – CBO, indicado no Termo de Referência.

A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução dos serviços será interpretada como inexistente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimos após a abertura das propostas.

O horário de trabalho será de 08:00h às 17:00h, com intervalo de 01 (uma) hora de almoço, de segunda a sexta-feira, podendo ser alterado, a critério da Administração, inclusive com horários diferenciados por posto de trabalho, conforme a conveniência de cada setor de lotação e atividades a serem executadas, mas sempre respeitando o limite máximo de horas diárias e sem execução de trabalhos noturnos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

| Local de Execução | Quantidade de Postos | Carga horária |
|--|----------------------|-------------------|
| Superintendência Regional, localizada na Av. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal/RN. | 2 | 44 horas semanais |

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

Os serviços serão executados na localidade acima mencionada ou em local determinado pela Administração, quando necessário às suas atividades institucionais, no(s) regime(s) de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de acordo com o estabelecido pela legislação vigente, inclusive levando-se em consideração o dissídio, convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria.

A licitação será realizada em item único, conforme tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO OBJETO | QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS |
|------|---|----------------------------|
| 1 | Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços continuados de motorista (44 horas semanais) de veículos leves e pesados para SR/PF/RN CNH D | 2 |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 237.403,06

Os preços referenciais decorreram de pesquisa realizada adotando os incisos II , IV e §3º, do Art. 2º , da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014:

"Art. 1º A Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência."

"§3º Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente. "

Foram utilizados os parâmetros constantes nos Incisos do Art 2º. de forma combinada.

| MOTORISTA | | | | | | | |
|-----------|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | |

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT FUNCIONÁRIOS ESTIMADA | UNIDADE | QUANT | valor por posto | VALOR MENSAL | VALOR ANUAL |
|------|---|-----------------------------------|------------------------|-------|-----------------------|-----------------|-----------------------|
| 1 | Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços continuados de motorista de veículos leves e pesados, com execução indireta mediante o regime de empreitada por preço global CNH D | 2 | Posto de trabalho /mês | 12 | R\$ 9.891,79 | R\$ 19.783,59 | R\$ 237.403,06 |

Informamos que optamos pela inclusão do parâmetro " Planilha de Custos da Administração", visto que, desta maneira, considerando como referência o salário base e benefícios previstos na Convenção Coletiva do Trabalho RN000278/2023, bem como O adicional de periculosidade, conseguimos obter um custo estimado condizente com as peculiaridades da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Norte.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal são regulamentados Pela Instrução Normativa 05/2017-SEGES/MPDG. A contratação deve ser feita através de pregão eletrônico.

Analisando diversos aspectos da contratação pretendida e considerando a quantidade de mão de obra a ser disponibilizada, verificamos que do ponto de vista da economia e gestão processual o parcelamento da licitação não se aplica, visto que será licitado apenas 1 item.

A contratação dos serviços em item único sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

É técnica e economicamente viável, não sendo possível o parcelamento vez que trata da contratação de um ÚNICO SERVIÇO DE 02 (DOIS) POSTOS MENSAIS DE MOTORISTAS para um período de 12 (doze) meses.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços que se visa a contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação, está alinhada com os Macro Objetivos do Plano Estratégico da Polícia Federal 2022-2023:

Em relação ao Governo

- Ser reconhecida como modelo de gestão perante o Poder Público.

Em relação à Sociedade

- Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação.

Em relação ao público interno

- Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar.

E ainda, aos seguintes Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas do órgão:

Objetivo Institucional:

- Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais
- Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura

- Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

Ação Estratégica: Gestão de Contratos

- Acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma proativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

Objetivo Institucional: Fortalecer a governança

Fortalecer os mecanismos do órgão que definem o direcionamento estratégico, supervisionam a gestão, promovem o envolvimento das partes interessadas, gerenciam riscos estratégicos, monitoram os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos e promovem a *accountability* e a transparência, garantindo a eficácia e efetividade das ações e fornecendo subsídios para processo decisório de qualidade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com essa contratação se pretende que não haja interrupção dos serviços de apoio administrativo, que prejudicariam as atividades meio e fim da Polícia Federal no Rio Grande do Norte.

Dar melhor conformidade legal para as atividades que são melhor enquadradas como serviço de motorista;

Com a nova licitação também se pretende oportunizar às empresas nova disputa de oferta, possibilitando haver maior economia para a Administração.

O planejamento realizado busca o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros despendidos na contratação de serviços de terceiros, assim como economia processual.

Os materiais de consumo a serem utilizados nos serviços serão fornecidos diretamente pela empresa contratada, fazendo parte da composição dos custos, o que resultará numa maior economia destes, de modo que a licitante vencedora terá total interesse em racionalizar tais haveres, sendo, consequentemente tal economia repassada ao Erário.

Atendimento de demandas logísticas e administrativas por meio do suporte necessário às atividades finalísticas do Órgão.

O planejamento realizado busca o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros despendidos na contratação de serviços de terceiros, assim como economia processual.

Destaque-se que o quadro funcional da Polícia Federal não dispõe de categorias funcionais cuja atribuição coincida com a execução dos serviços que se pretende contratar.

Assim, se almeja alcançar resultados como:

- em relação à eficácia, atendimento de demandas logísticas e administrativas, no suporte à atividade finalística da Polícia Federal;
- quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros; e
- no tocante ao aproveitamento dos recursos humanos, se espera o cumprimento, por parte da empresa contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasião da contratação. Desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do pacto, permitindo ao órgão CONTRATANTE, em vez de envidar esforços para a realização de nova licitação mirando a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos para outras atividades finalísticas da Polícia Federal.

Desta feita, parece claro que os resultados oriundos da contratação justificam, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a solução apontada neste documento.

13. Providências a serem Adotadas

Os responsáveis pela fiscalização do serviço a ser contratado já compõe a equipe de planejamento da contratação e deverão ser designados como fiscais do contrato a ser firmados em momento oportuno.

A Superintendência de Polícia Federal no Rio Grande do Norte já possui ambiente adequado para a prestação dos serviços, sendo desnecessária qualquer alteração e/ou adequação relativa a locais de prestação do serviço.

Afinal, o ambiente físico já disponibiliza aos terceirizados que serão contratados vestiários com armários, local para guarda de materiais, local para refeição, acesso a sanitários, água potável, dentre outros elementos.

De modo semelhante, já há nas instalações da prestação dos serviços espaço próprio e recursos necessários à execução dos serviços que se busca contratar.

Quanto à capacitação dos servidores que atuam nas fases de contratação e de fiscalização, esta deve ser constante, face as comuns alterações legislativas e de entendimentos jurisprudenciais que ocorrem.

Embora, para o início da contratação seja dispensável qualquer capacitação, o Setor de Logística deve manter-se atento, buscando proporcionar medidas capacitantes aos fiscais e gestores, submetendo suas conclusões a Autoridade competente

14. Possíveis Impactos Ambientais

Como se trata serviços, em sua maioria, envolvendo atividades internas de menor complexidade, a mão-de-obra contratada deverá seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão. Assim, cabe aos terceirizados seguir as diretrizes que são de adoção obrigatória para os servidores efetivos da unidade administrativa na redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, na separação dos resíduos recicláveis que serão descartados pela Administração e destinados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº5.940, de 25 de outubro de 2006.

Os motoristas, que poderão eventualmente manusear produtos químicos como óleo e outros, deverão ter cautela quanto ao uso correto e descarte dos mesmos de modo a não prejudicar qualquer dano ao meio ambiente. Também, devem tomar cuidado para que os veículos não estejam emitindo poluentes acima dos níveis aceitos, comunicando a administração acerca da necessidade de consertos e ajustes que se fizerem necessários.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no estudo exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento, considera que a contratação em pauta é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ARNALDO GONCALVES CABRAL

Agente de Polícia Federal